

**ACESSO E PERMANÊNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE
COVID-19:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – FE/UFRJ**

**ADMISSIONS AND RETENTION IN THE CONTEXT OF COVID-19 PANDEMIC:
AN ANALYSIS OF THE COLLEGE OF EDUCATION – RIO DE JANEIRO FEDERAL
UNIVERSITY (UFRJ)**

Rosana Rodrigues Heringer¹
Bruna Dias Crespo²
Letícia Oliveira Souza³

RESUMO

A pandemia de COVID-19 impôs desafios inéditos à educação, colocando o ensino remoto em evidência. Percebe-se que uma estrutura inclusiva e eficaz de ensino remoto depende, também, de viabilizar o apoio aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade. Nosso objetivo é analisar as respostas institucionais dadas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao longo de 2020, especificamente nas iniciativas tomadas pela Faculdade de Educação (FE/UFRJ). Para isso, discutiremos sobre as ações iniciais, a adoção do Período Letivo Excepcional (PLE) entre agosto e novembro de 2020, e os programas de assistência estudantil desenvolvidos de forma emergencial. Metodologicamente, a partir de um questionário aos estudantes de licenciaturas, analisamos os resultados obtidos sobre: i) identificação as propostas voltadas para o acesso e permanência no contexto pandêmico; ii) avaliação as ações realizadas em 2020. Também, realizamos uma análise bibliográfica relacionada às normas do MEC, dos governos estadual e municipal referentes à educação na pandemia e às ações centrais desenvolvidas pela UFRJ. Arruda (2020) e Vargas e Heringer (2017) ancoram teoricamente este trabalho. Concluímos que as medidas implementadas geram reflexões sobre desafios futuros neste campo, o que corrobora para a importância do acompanhamento acadêmico ao discente.

PALAVRAS-CHAVE: Permanência Estudantil; COVID-19; Ensino Remoto; Faculdade de Educação; UFRJ.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has imposed unprecedented challenges on education, putting remote learning in the spotlight. It can be seen that an inclusive and effective structure for remote teaching also depends on providing support to students in situations of greater vulnerability. Our objective is to analyze the institutional responses given by the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) throughout 2020, specifically in the initiatives taken by the College of Education (FE/UFRJ). For this, we will discuss the initial actions, the adoption of the Exceptional Academic Period (PLE) between August and November 2020, and the student support programs developed in an emergency. Methodologically, from a questionnaire to undergraduate students, we analyzed the results obtained on: i) identification of proposals aimed at admission and retention in the pandemic context; ii) assessment of the actions carried out in 2020. We also carried out a bibliographic analysis related to the norms of the Ministry of Education (MEC), of the state and municipal governments regarding education in the pandemic and the central actions developed by UFRJ. Arruda (2020) and Vargas and Heringer (2017) theoretically anchor this work. We conclude that the measures implemented generate reflections on future challenges in this field, which corroborates

¹ É professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ). Doutora em Sociologia (IUPERJ).

² Professora concursada na Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRJ). Pedagoga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES/UFRJ).

³ Graduada em Pedagogia (UFRJ); Mestranda no PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRJ.

the importance of academic monitoring for the student.

KEYWORDS: Student retention; COVID-19; Distant learning; College of Education; UFRJ.

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que a doença causada pelo novo coronavírus caracterizava-se como uma pandemia. Com o rápido avanço da doença em diferentes regiões do mundo, diversos países testemunharam a insuficiência de leitos e o colapso de seus sistemas de saúde. Diversas empresas adotaram o trabalho remoto, home office, ou redução do número de funcionários dentro do mesmo ambiente. Após mais de um ano do primeiro caso na China e no Brasil, a pandemia continua preocupando vários setores da sociedade, a instabilidade dos acontecimentos traz preocupações sociais, econômicas e educacionais.

Como consequência da pandemia, escolas suspenderam as aulas em todo o mundo, como medida de contingência do avanço do novo coronavírus. A suspensão das aulas foi uma ação necessária, uma vez que a escola é um espaço com um grande fluxo de trânsito de sujeitos de diferentes faixas etárias, representando um ambiente com alta taxa de chances de contaminação em massa. Dessa forma, os impactos da quarentena na aprendizagem dos estudantes foram inevitáveis e ainda serão sentidos ao longo dos próximos anos.

Na atual conjuntura, mesmo com a vacinação em massa ocorrendo na maior parte do mundo, a disseminação do vírus compromete os princípios de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, da garantia de padrão de qualidade e do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996; 1988). Apesar das medidas emergenciais de adaptação das atividades pedagógicas no contexto de isolamento social tomadas por instituições educacionais, questões relacionadas à inclusão, à gestão democrática, à afiliação estudantil, à democratização do ensino e à equidade também precisam ser analisadas e discutidas neste momento de crise sanitária.

Como afirmou Arruda (2020), já no início pandêmico, o “confinamento gerou desconforto em inúmeros atores sociais, pois o desconhecimento a respeito do novo coronavírus não permite o desenvolvimento de planejamento para acolhimento dos sujeitos envolvidos nesse novo contexto educacional” (p. 259).

Com o desafio governamental em tomar decisões em curto, médio e longo prazo, explicitou-se a falta de liderança do MEC em nível nacional para lidar com a situação e a

responsabilidade foi transferida para os municípios e estados, corroborando a insegurança e instabilidade quanto às estratégias educacionais, assim como a disseminação do coronavírus.

Sobre essa troca de responsabilidade, Pires (2021) salienta que:

a omissão do governo federal em liderar os esforços para o enfrentamento da pandemia, não estabelecendo, por exemplo, calendários, ações, protocolos e alterações na legislação de forma clara e unificada, tornou a experiência do ensino superior durante este período muito desigual, em relação às categorias administrativas (rede pública ou privada), ao tipo de organização acadêmica e às unidades da federação (PIRES, 2021, p. 18).

A Educação a Distância (EaD) tem construído um percurso que antecede o momento pandêmico, com especificidades organizacionais, instrumentais e pedagógicas. Apesar da pandemia ter colocado o ensino emergencial remoto EaD em evidência, com a promessa de uma solução eficaz para a suspensão das aulas presenciais, essa modalidade de ensino não surgiu agora. Atender alunos afetados pelo fechamento das escolas por meio de tecnologias digitais não pode ser definido como sinônimo de EaD, uma vez que esta modalidade de ensino recorre a planejamentos antecipados para a mediação do ensino e aprendizagem, desenvolve estratégias de ensino com diferentes profissionais, recorre a dimensões múltiplas para estudos e aulas à distância, entre outros aspectos.

Especificamente sobre a educação remota emergencial, que caracteriza o momento atual, conforme afirmam Hodges et al. (2020 *apud* ARRUDA, 2020) “é uma mudança temporária da entrega de conteúdos curriculares para uma forma de oferta alternativa, devido à situação da crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para as aulas previamente elaboradas no formato presencial” (p. 265).

Tendo como pano de fundo a situação geral da adaptação das instituições educacionais ao ensino remoto, buscamos analisar especificamente como as instituições de ensino superior público atuaram para garantir o acesso à educação no contexto da pandemia. Se por um lado as instituições privadas rapidamente utilizaram a educação remota como estratégia para transmissão das aulas instantaneamente por sistemas de web conferências (ARRUDA, 2020; PIRES, 2021), interessa-nos observar, em particular, como as universidades públicas, lidaram com a pandemia. Podemos dizer que esse processo aconteceu em diferentes etapas.

No caso do Rio de Janeiro houve, inicialmente, por parte do governo do estado, uma suspensão das atividades presenciais por quinze dias. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aderiu, suspendendo as atividades presenciais e, logo em seguida, houve a suspensão de atividades por tempo indeterminado. Em seguida, a UFRJ deliberou pelo início do período letivo excepcional, em agosto de 2020. Constituiu-se também uma força tarefa e o desenvolvimento de um plano de contingência, visando abordar os diferentes problemas que surgiram com a

pandemia. Dentre os trabalhos que essa força tarefa desenvolveu, um deles foi guiar a UFRJ para o ensino remoto⁴.

Neste trabalho, analisaremos as respostas institucionais dadas pela UFRJ ao longo de 2020, incluindo: i) as primeiras medidas tomadas; ii) a adoção do Período Letivo Excepcional (PLE) entre agosto e novembro de 2020; iii) os programas de assistência estudantil desenvolvidos de forma emergencial. Após, abordaremos especificamente a Faculdade de Educação (FE), analisando os dados dos questionários diagnósticos, realizados junto aos estudantes, para identificar as propostas voltadas para o acesso e permanência no contexto pandêmico e, também, avaliar as ações realizadas em 2020. Depois, apresentamos a análise bibliográfica relacionada às normas do MEC, dos governos estadual e municipal referentes à educação na pandemia e às ações centrais desenvolvidas pela UFRJ. Por fim, discutimos sobre as medidas implementadas e reflexões sobre desafios futuros neste campo, enfatizando a importância do acompanhamento acadêmico ao discente de maneira mais constante.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa optou-se pela análise bibliográfica e documental, incluindo um levantamento de dados com informações disponibilizadas pelos sites oficiais do MEC e do governo do estado do Rio de Janeiro em relação à educação na pandemia, e as principais ações da UFRJ em relação ao ensino remoto, observando os potenciais, limites e desafios das ações desenvolvidas. Além disso, foi utilizada a apresentação e análise dos dados de diagnóstico realizado junto aos estudantes da Faculdade de Educação, observando as ações sobre acesso e permanência no contexto pandêmico desenvolvidas por esta unidade acadêmica.

No que diz respeito ao diagnóstico mencionado acima, cabe apresentar que o levantamento foi coordenado e executado pelos integrantes do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da FE/UFRJ no Contexto COVID-19⁵. A Faculdade de Educação formulou um questionário de 45 perguntas, com o objetivo de conhecer as condições dos discentes, investigar o interesse pelo ensino remoto naquele momento e mapear a situação dos discentes quanto à integralização do curso.

A partir de diversas reuniões e com a participação de diferentes atores na sua construção,

⁴ Os documentos elaborados por essa força tarefa, dando várias orientações, principalmente aos docentes, sobre a melhor forma de conduzir as atividades remotas, estão disponíveis no site da UFRJ (www.ufrj.br).

⁵ Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19 – produzido pelos componentes do GT instituído pelas portarias nº4.141 de junho de 2020 e nº 4.998 de 16 de julho de 2020.

o questionário foi aplicado a todos os estudantes de licenciatura da universidade, cerca de cinco mil estudantes, por meio da plataforma Google Forms no período de 24 de junho a 01 de julho de 2020. Vale salientar que, para orientar e organizar as análises dos dados quantitativos e qualitativos, o Grupo de Trabalho decidiu criar categorias distintas para separar os respondentes: 1- Letras e Educação Artística: cursos com diferentes habilitações (subcategorizadas posteriormente, tendo em vista as especificidades); 2- Pedagogia: curso de total responsabilidade da FE; 3- Demais Licenciaturas: cursos de vinculados à FE e aos próprios institutos ou escolas.

Como resultado da aplicação deste questionário, foram obtidas 1341 respostas distribuídas entre alunos de Pedagogia (375), Letras (275), Educação Artística (166) e demais licenciaturas (525). Portanto, as análises apresentadas neste artigo referentes ao diagnóstico sobre os licenciandos da Faculdade de Educação da UFRJ e às estratégias desenvolvidas por esta unidade de ensino baseiam-se em grande medida nos dados gentilmente disponibilizados pela direção da FE/UFRJ.

3 ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Diversas pesquisas demonstram que houve uma expansão no ensino superior brasileiro tanto no número de instituições, como na ampliação de vagas que foram implementadas políticas de democratização do acesso à educação superior nos últimos anos (HERINGER, 2015; KLITZKE, 2018; VARGAS & HERINGER, 2016, 2017; OLIVEIRA, 2019). Dessas medidas, podemos citar algumas iniciativas como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificado (SISU) e as políticas de Ação Afirmativa. Nesse cenário, Honorato, Heringer e Vargas (2014) apresentam que “a proporção maior de um ‘novo perfil’ de aluno, leva à ampliação da demanda por programas com vista a garantir a continuidade e a conclusão do curso superior” (p.3).

Sendo assim, o caminho da democratização é longo e multifacetado, incluindo não só medidas de ampliação do acesso, mas também políticas que promovam a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Mais do que a massificação do ingresso no ensino superior (DUBET, 2015), para se democratizar o acesso e a permanência “deve-se também ter em conta que a educação constitui sempre um investimento público e individual que traz benefícios coletivos e individuais e que a escolha entre os dois tipos de custos e benefícios é uma dimensão

essencial da equidade” (DUBET, 2015, p. 262).

Do ponto de vista da promoção da permanência dos estudantes, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008, foi um dos principais mecanismos institucionais adotados pelo MEC para responder ao aumento da demanda por políticas de assistência estudantil. O programa abrange as áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, tendo como objetivo promover inclusão social, qualidade de vida e democratização do ensino superior (BRASIL, 2010).

Em uma análise em perspectiva comparada, Vargas e Heringer (2017) discutem políticas de permanência estudantil do ensino superior argentino, brasileiro e chileno. Destacam que a questão da permanência possui uma complexa multidimensionalidade, pois engloba fatores não apenas materiais, mas também culturais, simbólicos e psicológicos. Vargas e Heringer (2017), respeitando as limitações comparativas da estrutura e gênese de cada sistema, apontam que, apesar da expansão de matrículas no mundo e especialmente na América Latina, muitos estudantes nestes três países ainda encontram diversas dificuldades para a plena integração à vida universitária, trazendo novos desafios para as instituições.

Nesse sentido, demarcam que suprir as necessidades socioeconômicas dos estudantes não é o suficiente para que ocorra a permanência plena, mas que há a necessidade de inclusão de aspectos simbólicos, como participação de atividades acadêmicas não obrigatórias. O corpo docente e demais servidores das instituições universitárias também possuem um papel relevante, uma vez que devem estar aptos para acolher questões individualizadas, oferecendo soluções compatíveis com a realidade dos estudantes. As autoras concluem, a partir de suas observações de caráter comparativo, que as instituições têm maiores chances de serem bem-sucedidas nas ações de permanência, na medida que forem capazes de conjugar apoio material, apoio pedagógico e ampliação de oportunidades acadêmicas para os estudantes (VARGAS; HERINGER, 2017).

Quando as universidades públicas brasileiras se viram diante do desafio de responder institucionalmente às demandas por continuidade da oferta educacional no contexto da pandemia de Covid-19, os diferentes atores institucionais passaram a se organizar para oferecer o ensino remoto como estratégia educacional, defrontando-se com dificuldades institucionais, políticas e pedagógicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 1996, apresenta o ensino a distância como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais no ensino fundamental. Tendo como meta prioritária ampliar ofertas de vagas para a formação inicial de professores da

educação básica e contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, já em 2017 os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018) apresentavam o crescimento de matrículas na modalidade a distância. No caso do Curso de Pedagogia, por exemplo, os dados demonstram que 46,3% dos matriculados cursavam o ensino a distância. Se, por um lado, o acesso ao ensino superior se ampliou nas últimas décadas, por outro há de se ponderar como os processos formativos vem sendo desenvolvidos.

Como apontado por Zuccarelli e Gouvêa (2020), para a implementação da EaD é necessário que haja um projeto amplo e bem elaborado, com sistemas eficientes de acompanhamento e avaliação, além de outras adequações e assistência de equipamentos pelas instituições. Adaptar as aulas presenciais para um modelo remoto limita as atividades práticas, seja os trabalhos de campo, laboratórios ou estágios em escolas. Qualquer projeto de implementação da EaD que desconsidere esses fatores irá amplificar as desigualdades de oportunidades educacionais.

Tendo como referência várias destas críticas e preocupações, as instituições públicas de educação superior resistiram num primeiro momento à implementação da educação remota. Como ilustração deste momento de resistência, Leher (2020) nos sinalizava, em texto escrito em maio de 2020, a necessidade de as universidades públicas realizarem atividades que congregassem de forma virtual os alunos, porém sem necessariamente retomarem as aulas em formato remoto. Este foi um sentimento e uma concepção compartilhados com frequência ao longo do primeiro semestre de 2020, por conta da percepção de que o isolamento social resultante da pandemia teria curta duração.

Posteriormente, com a continuidade e o recrudescimento da pandemia, colocou-se como tarefa para a comunidade acadêmica “desenvolver estratégias de ampliação da modalidade, garantindo a qualidade do ensino e o aumento das oportunidades educacionais” (ZUCCARELLI; GOUVÊA, 2020). Nesse sentido, buscou-se construir uma estrutura possível, inclusiva e eficaz dentro do ensino remoto, com várias demandas associadas à organização e planejamento institucional. Uma das principais dificuldades enfrentadas neste processo de planejamento foram as limitações dos estudantes (e, em alguma medida docentes e servidores técnico-administrativos) das universidades federais para acessar com qualidade as atividades online.

De acordo com o IBGE (2020), quase 70% das pessoas com mais de 10 anos de idade acessam a internet no Brasil predominantemente pelo celular/smartphones. Dados da PNAD indicam que próximo de 90% dos domicílios brasileiros possuem telefones celulares e cerca de

45% computadores. O acesso à internet, então, não é universalizado e, tampouco, utilizado em computadores/tablets - realidade que chega a 75% no Distrito Federal e em quase 30% no Maranhão. No Brasil, somente 55% dos domicílios têm acesso à internet via computadores/tablets.

Ainda assim no caso do Ensino Superior, Arruda (2020) nos aponta uma provocação interessante, a partir dos dados da ANDIFES (2018):

se considerássemos apenas o ensino superior, na melhor das hipóteses, teríamos menos de 2% dos estudantes sem acesso a equipamentos e internet, ao considerarmos os dados do IBGE/PNAD 2018, ou 10% das famílias sem acesso à internet e mais de 13% sem acesso a computadores (não se considerando a posse de celulares) (ANDIFES, 2018, p. 271).

Sendo assim, a situação emergencial do ensino remoto coloca em ênfase a necessidade do fomento e investimento público na universalização da internet para acesso às informações e estudos. Infelizmente, no Brasil não há iniciativas significativas no campo das tecnologias digitais aos estudantes dentro e fora da escola.

4 RESULTADOS

4.1 AS AÇÕES DA UFRJ NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Como afirmou KRAWCZYK (2020):

Durante este tempo de pandemia, universidades e institutos, mostraram 'a que vieram'. Mesmo sem apoio governamental, essas instituições estão pondo todos os seus esforços e conhecimentos para encontrar formas de controlar o vírus e curar a população. A pandemia demonstrou o risco da ausência de uma política pública que valorize a investigação de base e o reconhecimento social do conhecimento científico como motor de desenvolvimento social e econômico e o potencial da escola pública para que as novas gerações possam ultrapassar as crenças e os valores particulares.

A UFRJ demonstrou pioneirismo no que tange às ações relacionadas ao combate ao coronavírus. No dia 11 de março de 2020 a universidade divulgava diretrizes de contingência do coronavírus e suspendeu todas as atividades consideradas extracurriculares, como palestras, eventos, ações de extensão e lançou um site sobre o coronavírus. Em seguida, suspendeu por 15 dias as aulas presenciais da educação básica, graduação e pós-graduação de todos os campi a partir do dia 16 de março. Duas semanas depois, o calendário acadêmico é suspenso por tempo indeterminado. As atividades regulares de ensino só foram retomadas em agosto de 2020, com o Período Letivo Excepcional (PLE).

Apesar da suspensão das aulas e do calendário acadêmico, a produção científica não foi

interrompida. Além da produção de recursos para o atendimento da comunidade⁶, no dia 25 de março de 2020 a reitora da UFRJ, Denise Carvalho, reafirmou o compromisso com as estratégias de enfrentamento do novo coronavírus. 10 instituições públicas de ensino superior realizaram e assinaram conjuntamente uma “Nota das Instituições Públicas de Ensino Superior e de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro reafirma compromisso com as estratégias de enfrentamento da COVID-19”⁷.

Na defesa do desenvolvimento da educação remota de maneira emergencial, as universidades públicas problematizaram o risco da mercantilização da educação pública no discurso do ensino híbrido e da EaD. Uma vez que enfraquece o caráter público e universal da educação e tende a fortalecer a dinâmica mercantil do setor privado nas instituições escolares.

Castioni et alli (2021), apresentam dois grandes dilemas vividos pelas universidades públicas no Brasil:

Em primeiro lugar, a rejeição histórica da modalidade a distância, sua baixa utilização entre elas e sua associação negativa à oferta massiva do setor privado, cuja modalidade superou, em 2019, pela primeira vez na história, a matrícula presencial dos ingressantes (INEP, 2020). Em segundo lugar, um conhecimento precário sobre as condições sociais de seus alunos, associado à dificuldade de fazer com eles contato individual. Tal situação pautou a realização de esforços durante vários meses, desde a realização de pesquisas tipo *survey* sobre o uso de computadores e os desafios reais sobre acesso à internet entre estudantes e docentes até o lançamento de editais e outras convocatórias para a compra de pacotes de dados e equipamentos e para cadastro de estudantes interessados na doação. (CASTIONI *et alli*, 2021, p. 03)

Apesar das resistências num primeiro momento à adoção do ensino remoto, a UFRJ viu-se diante do desafio de desenvolver estratégias voltadas para a permanência de mais de 57 mil estudantes de graduação (UFRJ, 2020). Inicialmente, as ações concentraram-se no âmbito da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ (PR7), que teve papel importante para enfrentar as situações a que os estudantes estavam expostos na pandemia, esclarecendo eventuais dúvidas, mantendo a distribuição de refeições em substituição ao restaurante universitário, pagando bolsas de apoio estudantil e acadêmicas, mesmo sem a continuidade imediata das atividades desenvolvidas pelos bolsistas. Estes pagamentos não foram interrompidos.

Foi criado um auxílio emergencial no valor de R\$460,00 para os moradores da residência estudantil, além da oferta de testagem para Covid-19 para os alunos residentes no alojamento e auxílio para aqueles que optassem por voltar para suas cidades de origem. Também foi criado

⁶ Para mais informações, ver: <https://ufrj.br/noticia/2020/03/27/coronavirus-ufrj-mobiliza-producao-de-ventiladores-pulmonares>.

⁷ Para mais informações, ver: <https://ufrj.br/noticia/2020/03/25/ufrj-e-outras-10-instituicoes-reafirmam-compromisso-contracovid-19>.

um auxílio emergencial temporário, no valor de R\$ 200,00, destinado a atender cerca de 3 mil alunos de graduação⁸.

A Divisão de Saúde do Estudante (Disae) da PR-7 começou a oferecer no início de abril, o projeto “Vivências na quarentena” que realiza atendimentos em grupo para os estudantes da UFRJ. O objetivo desses encontros é possibilitar acolhimento e compartilhamento de experiências ao longo do período de isolamento social. Foram oferecidos atendimentos em diferentes horários e aconteceram por meio de plataformas online previamente divulgadas, com inscrição antecipada.

Ainda sobre a temática da permanência, o acesso à internet foi amplamente debatido, visto que não eram todos os alunos que tinham esse acesso com regularidade e qualidade suficiente para fazer atividades e participar das aulas remotas. A fim de buscar responder parcialmente a estas dificuldades, a UFRJ criou um programa de inclusão digital SIM CARD ou SIM CARD + MODEM, oferecendo auxílio a cerca de 12 mil estudantes de graduação e 1 mil da pós-graduação⁹. Também foi criado um programa de auxílio para aquisição de equipamentos (R\$ 1.000,00), destinado a beneficiar 6 mil estudantes de graduação e 450 de pós-graduação¹⁰.

No que diz respeito às aulas remotas, em agosto de 2020 a UFRJ deu início ao Período Letivo Excepcional (PLE), que teve a duração de 24 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020¹¹. Não se tratou de um período “regular”, foi um período de “teste”, com no máximo 25 alunos por turma, com disciplinas destinadas principalmente aos concluintes. Não foi considerado obrigatório para os estudantes, não contando como tempo de integralização do curso. Também não houve reprovação por falta, permitindo-se o trancamento de disciplina durante todo o período.

As unidades acadêmicas não foram obrigadas a adotar o PLE, o planejamento e oferta de disciplinas ficou a cargo das unidades, sem obrigatoriedade de adesão pelos docentes. Posteriormente, o PLE passou a integrar o semestre de 2020.1, portanto a quantidade de créditos somados em ambos os semestres não poderia ultrapassar 32 créditos.

⁸ Edital de Seleção n 233/2020 disponível em:

https://politicasestudantis.ufrj.br/images/Editais/Inclusao_digital_2020/Edital233_Aux_Emergen_cial_Temporario.pdf

⁹ Edital de Seleção n 210/2020 disponível em:

https://politicasestudantis.ufrj.br/images/Editais/Inclusao_digital_2020/EDITAL_210_-_Inclusao_Digital.pdf

¹⁰ Edital de Seleção n 232/2020 disponível em:

<https://politicasestudantis.ufrj.br/images/Editais/Inclusaodigital2020/Edital232AuxEquipamentos.pdf>.

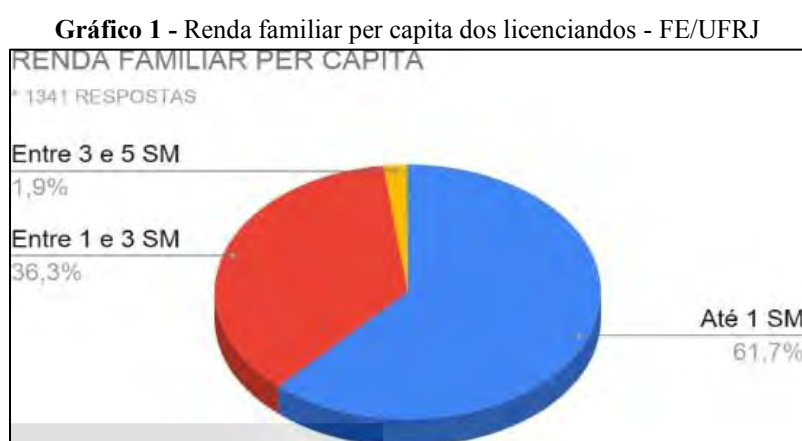
¹¹ Resolução CEG no 3, de 17 de junho de 2020; Resolução CEG no 4, de 19 de junho de 2020.

4.2 A FACULDADE DE EDUCAÇÃO: ACESSO E PERMANÊNCIA NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A adoção do Período Letivo Excepcional como uma alternativa aos desafios da conjuntura obrigou à comunidade acadêmica a diagnosticar, discutir e refletir sobre o contexto, as soluções e as propostas de atividades pedagógicas não presenciais para o Ensino de Graduação na Faculdade de Educação (FE) da UFRJ. Para tanto, foi criado pela Direção da unidade, o Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da FE/UFRJ no Contexto COVID-19. O Grupo de Trabalho (GT) foi composto por representantes de diferentes segmentos da FE, a saber Direção, Chefias de Departamento, Coordenação de Pedagogia, Coordenação de Licenciaturas, Coordenação de Monitoria, Coordenação de Estágio, Coordenação de Extensão, Coordenação do CESPEB¹², representação dos funcionários técnicos administrativos e representação discente. Para otimizar as atividades, o GT foi dividido em cinco eixos: eixo 1 - Estudantes; eixo 2 - Técnicos e Docentes; eixo 3 - Formação Ensino Remoto; eixo 4 - Acompanhamento Pedagógico, e; eixo 5 - Espaço e Infraestrutura.

Tendo como base as respostas obtidas a partir da aplicação do formulário desenvolvido pelo GT acima mencionado, apresentamos brevemente a seguir alguns destaques dos resultados que contribuem para uma caracterização das condições pela qual passavam os estudantes da Faculdade de Educação nos primeiros meses da pandemia (FE/UFRJ, 2021)¹³.

Em termos de renda familiar *per capita* os respondentes se distribuíram da seguinte forma:



Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19, 2020.

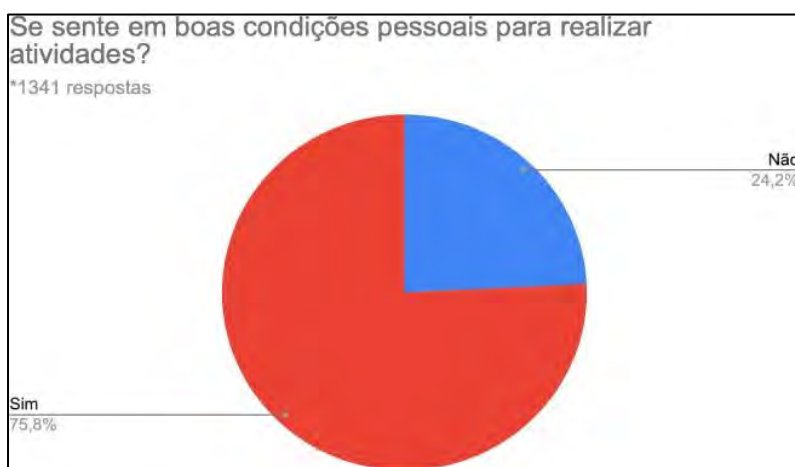
¹² Curso de Especialização lato Sensu “Saberes e Práticas na Educação Básica”.

¹³ Todos os dados apresentados nesta sessão têm como fonte o Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19 – produzido pelos componentes do GT instituído pelas portarias nº4.141 de junho de 2020 e nº 4.998 de 16 de julho de 2020.

No gráfico 1, é possível perceber que os dados sobre renda familiar *per capita*¹⁴ dos estudantes indicam um perfil majoritariamente composto por famílias de menor renda, um perfil comum entre os cursos de Pedagogia e Licenciatura, que indicam a estratificação horizontal presente no ensino superior brasileiro.

Perguntados sobre as condições pessoais para realizar atividades acadêmicas, os estudantes declararam em sua maioria se sentir em boas condições. Os resultados são ilustrados pelo gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - Condições pessoais dos licenciandos para realizar as atividades remotas - FE/UFRJ



Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19, 2020.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela maior parte da população brasileira desde o início da pandemia, a maioria dos estudantes ouvidos na pesquisa em junho de 2020 avaliavam se encontrar em boas condições pessoais para realizar atividades acadêmicas. É importante destacar que até esse momento todas as atividades acadêmicas estavam suspensas desde março de 2020. Não devemos ignorar, entretanto, que cerca de $\frac{1}{4}$ dos estudantes apontou não estar em boas condições, representando um grupo que provavelmente precisaria de apoios específicos para conseguir acompanhar as atividades de maneira remota.

A pesquisa buscou detalhar um pouco mais a situação daqueles que responderam não estar em boas condições. É possível observar que a maioria das dificuldades apontadas se relacionam a questões de saúde mental dos estudantes e, em segundo lugar, ao espaço domiciliar disponível para o estudo. As respostas à questão aberta foram agrupadas nos quadros abaixo:

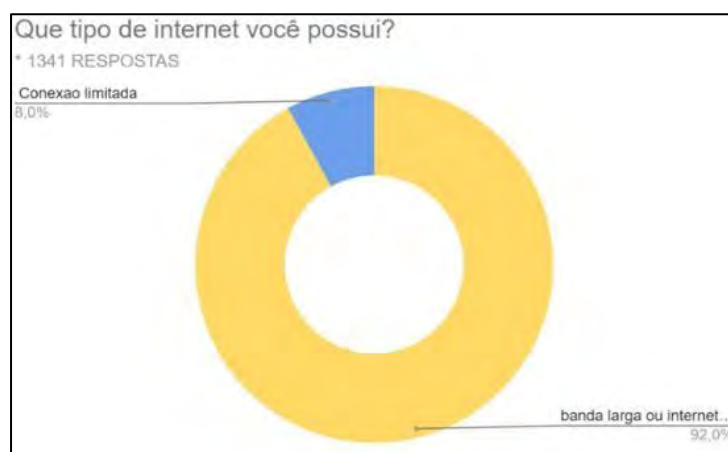
¹⁴ Salário-mínimo na época R\$ 1.040,00 reais.

Quadro 1 – Dificuldades dos licenciandos para realizar as atividades remotas - FE/UFRJ

CÓDIGO	NOME DA CATEGORIA	QUANTIDADE	CÓDIGO	NOME DA CATEGORIA	QUANTIDADE
A	SAÚDE MENTAL	126	E	Problemas com Espaço Residencial Para Estudar	75
A1	Doença Diagnosticada/ Em Tratamento Especializado	17	E1	Sem Privacidade	49
A2	Queixas Gerais Indicando Mal Estar Psicológico	110	E2	Sem Mobiliário Adequado	1
B	Dificuldade de Aprendizagem à Distância	43	E3	Barulho Interno na Residência	20
B1	Insegurança	19	E4	Barulho Externo à Residência	11
B2	Baixa Concentração/Cansaço Mental	27	E5	Dinâmica Familiar com Problemas	11
B3	Desconhece Ferramentas de TI	0	F	Perda/s de Familiares / Pessoas Próximas	10
B4	Desconforto ao Usar Equipamentos de TI	5	F1	Por COVID	4
C	Dificuldades Quanto aos Recursos Materiais para Uso TI	56	F2	Outros Motivos	6
C1	Faltam Equipamentos/ Dispõe apenas Celular	22	G	Doença/s Própria/s ou de Familiares	14
C2	Compartilha Equipamentos	7	G1	Pré Existente/s à Pandemia	6
C3	Não Dispõe de Internet	8	G2	Advinda/s durante a Pandemia	5
C4	Internet Instável	21	G3	COVID 19	4
C5	Equipamento Em Más Condições	5	H	Trabalho	33
D	Ocupação com Cuidados /Afazeres Domésticos	35	H1	Em Home Office	11
D1	Cuidar de Idoso/s	15	H2	Presencialmente	4
D2	Cuidar de Criança/s	16	H3	Trabalha excessivamente	2
D3	Realizar Tarefas	14	H4	Busca de trabalho/problemas financeiros	15
			J	Discorda Proposta EAD/ ER	25
			M	Dificuldades Pessoais / Deficiências	19

Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19, 2020.

Também apareceram na sequência dificuldades associadas à Tecnologia da Informação (TI) e EaD. Ainda assim, quando perguntados sobre sua conexão de internet, apenas 8% dos estudantes informaram ter conexão limitada, como podemos ver no gráfico 3. Observamos também, a partir de outra pergunta, que a grande maioria dos entrevistados, 88% dos estudantes, possuíam algum tipo de computador para acesso à internet e uma porção muito pequena (12%) tinha apenas o celular como equipamento.

Gráfico 3 - Qual o tipo de internet que os licenciandos possuem - FE/UFRJ

Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19, 2020.

Na parte seguinte do questionário, investigou-se as condições do ambiente disponível aos estudantes para realizar as atividades. Em resposta, mais de 91% afirmam possuir um

espaço para estudar. Entretanto, quando perguntados sobre a qualidade desse espaço, 27% dos que declararam possuir espaço para estudar informaram que o espaço não tinha condição satisfatória como demonstra o gráfico 4. Dessa forma, 1 em cada 4 estudantes possuíam espaço insuficiente para desenvolver as atividades remotas.

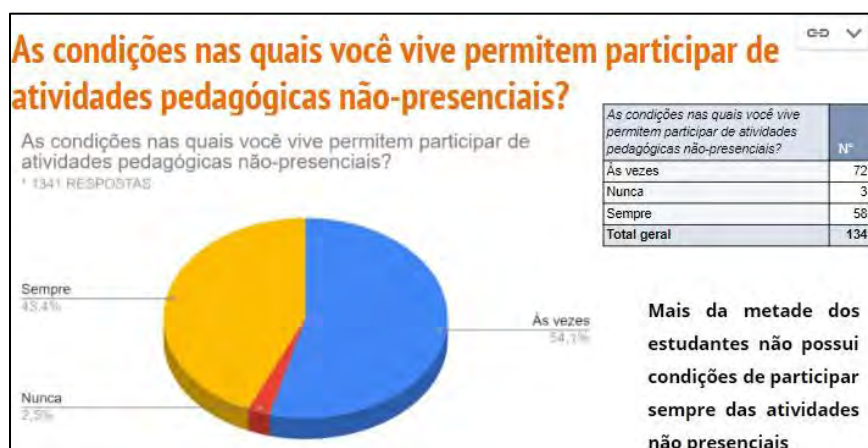
Gráfico 4 - Condições do ambiente para desenvolver as atividades remotas - FE/UFRJ



Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19, 2020.

Em relação à questão: “As condições nas quais você vive permitem participar de atividades pedagógicas não-presenciais?”, mais da metade dos estudantes afirmaram não possuir condições de participar sempre das atividades não presenciais. Esse dado é importante para o planejamento docente das aulas, ou seja, exigir presença nos encontros síncronos ou manter semanalmente aulas por videoconferência em tempo real podem não ser as melhores estratégias para a permanência estudantil na disciplina.

Gráfico 5 - As condições de vida dos estudantes permitem que participem das atividades remotas - FE/UFRJ

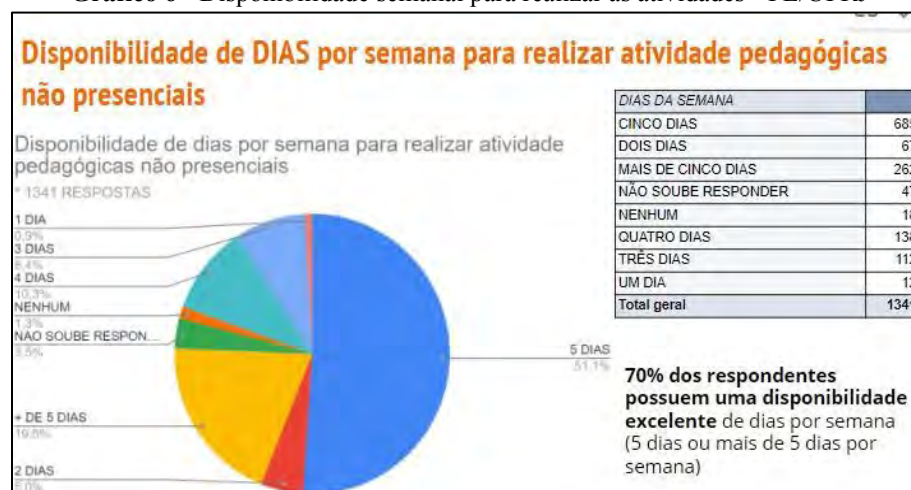


Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19, 2020.

A pesquisa demonstra que, tanto a Faculdade de Educação, quanto os Institutos e Escolas específicas de cada licenciatura, tiveram dificuldades específicas, mas em pequena proporção. Mesmo assim, é possível afirmar que a UFRJ e a Faculdade de Educação, em particular, poderiam preparar um acompanhamento específico e direcionado aos estudantes, tornando viável sua participação integral nas atividades remotas e diminuindo dificuldades particulares.

Por fim, um aspecto evidente nos dados diz respeito à certa dificuldade dos estudantes em calcular sua disponibilidade de tempo e informar quantas horas e dias tinham disponíveis para as atividades acadêmicas. No gráfico 6, mais de 70% dos respondentes afirmam possuir uma disponibilidade excelente, ou seja, 5 dias ou mais por semana para se dedicarem as atividades pedagógicas não presenciais.

Gráfico 6 - Disponibilidade semanal para realizar as atividades - FE/UFRJ



Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contexto de COVID-19, 2020.

Como a pergunta não tinha validação associada a aceitar apenas números, houve uma grande dificuldade para padronizar e quantificar as respostas. Muitos estudantes respondiam “todas as horas”, “todo o tempo do mundo”, “não sei”, “muitas”, “suficiente” etc. Apesar da falta de padrão, essas respostas nos alertam para a dificuldade de lidar com esse novo “tempo” que não é marcado pelas horas delimitadas da grade ou de uma rotina. Assim, diante das respostas, os estudantes demonstram não compreender o que são 168 horas (24h x 7 dias) disponíveis em uma semana. Essa relação com a organização do tempo é algo que deve ser enfatizado pelas comissões que irão acompanhar os discentes. Consideramos que este pode ser um fator de evasão das disciplinas durante as atividades remotas.

A pesquisa realizada pela FE/UFRJ em junho de 2020 revela dificuldades associadas às possibilidades de os estudantes acompanharem as atividades remotas, mas, ao mesmo tempo, apontam para potencialidades relacionadas a este novo cenário que se apresentava com o início das atividades remotas.

Os dados indicam a necessidade de um acompanhamento dos estudantes nas atividades remotas, com atenção à maneira como interagem com as disciplinas em que se inscreveram, tanto do ponto de vista de atividades síncronas como assíncronas. Estudantes que não desenvolvem estratégias de organização e planejamento de estudos, sobretudo gestão do tempo, podem não ter um desempenho acadêmico tão eficaz, ocasionando sentimento de frustração e incapacidade perante as atribuições acadêmicas.

Neste sentido, ganha destaque a necessidade de um acompanhamento regular junto aos professores que ofereceram disciplinas no PLE, informando regularmente à COAA¹⁵ e/ou à coordenação de curso sobre a participação dos alunos; a fim de se buscar estratégias para superá-las. Observamos também que o engajamento dos docentes é fundamental para o sucesso dos estudantes neste período de ensino remoto. Os estudantes que se sentirem de fato acolhidos e acompanhados terão melhores condições de aproveitamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão desenvolvida neste artigo, há algumas proposições possíveis que poderão ser melhor desenvolvidas pela UFRJ num futuro próximo: i) manter e ampliar as ações de assistência estudantil como o pagamento de auxílios financeiros; ii) aumentar as ações de apoio pedagógico a fim de evitar a evasão dos estudantes; iii) traçar planos de estudos para estudantes prestes a se formarem e/ou com prazos curtos para formação, a partir de um mapeamento de quantos graduandos e em quais cursos de graduação; iv) investir e produzir um plano estratégico de permanência estudantil para evitar que a taxa de evasão e o abandono aumentem quando retornarem as aulas presenciais; v) fortalecer sistemas de comunicação já existentes na UFRJ para dialogar com os ingressantes, cursistas e egressos; vi) aumentar e fortalecer a divulgação de materiais informativos sobre a pandemia desenvolvidos pela academia nas redes sociais para a sociedade como um todo; vii) publicizar o trabalho desenvolvido nos laboratórios, hospitais e plataformas pela universidade em tempo de pandemia.

¹⁵ Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico.

Como é possível observar, estas recomendações vão muito além deste momento específico e se estendem para políticas e programas institucionais mais abrangentes, relacionados a atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. De modo especial, consideramos que a pandemia e o que eventualmente conseguimos aprender com toda esta tragédia, há elementos importantes para pensar sobre o próprio caráter que o ensino passa a ter dentro de nossas instituições universitárias. Como bem apontou Barbosa (2020):

O ensino se tornou uma dimensão saliente nesse momento e o trabalho docente invade uma parcela muito significativa da agenda acadêmica, consumindo algumas vezes a maior parte do tempo profissional. Se isso tem consequências necessárias sobre a avaliação dos professores universitários e que deverão ser pensadas e discutidas longamente, pouca atenção foi dada aos métodos didáticos. Em boa parte dos debates, ensino remoto parece ser uma réplica filmada das aulas antigas. Com certeza não é disso que se trata. Muito menos temos aí um real problema tecnológico, de como se preparar para essa filmagem e sua distribuição.

Seguindo este raciocínio, a pandemia e seus desdobramentos no ambiente universitário também ampliaram a necessidade de se conhecer mais a realidade vivenciada pelos estudantes, a fim de que se possa ampliar o acolhimento e as possibilidades de permanência simbólica e apoio pedagógico para que possam atravessar da melhor maneira possível este difícil momento. É importante construir pontes, e refletir sobre como, mesmo em relações mediadas da distância, é possível desenvolver estratégias para proporcionar afiliação estudantil, pertencimento acadêmico e aprendizado profissional que envolvam compreensão, motivação, visão, reflexão e compromisso de toda a comunidade acadêmica.

6 REFERÊNCIAS

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES– 2018**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/> Acesso em: 30/05/2020.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. Em **Rede Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BARBOSA, Maria Ligia O., 2020. **As universidades brasileiras e a Covid-19: o ensino redescoberto**. Disponível em: <https://www.lapesbr.org/post/as-universidades-brasileiras-e-a-covid-19-o-ensino-redescoberto>. Acesso em 16/10/2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 de maio de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 mar.2020.

BRASIL. Decreto 7234. **Institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil e dá outras providências**. Casa Civil. Brasília: julho de 2010.

CASTIONI, Remi et al. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, p. 399-419, 2021.

DUBET, F. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, maio-agosto, 2015, pp. 255-265.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRJ (FE/UFRJ), 2021. **Relatório do Grupo de Trabalho Planejamento e Organização das Ações da Faculdade de Educação da UFRJ no contextode COVID-19**. Texto produzido pelos componentes do GT instituído pelas portarias nº4.141 de junho de 2020 e nº 4.998 de 16 de julho de 2020.

HERINGER, Rosana. **“Organizando o pensamento”: Desafios da rotina acadêmica num curso de Pedagogia**. In: Sonia Sampaio, Georgina G. dos Santos e Ava Carvalho (orgs.). **Observatório da Vida Estudantil - avaliação e qualidade no ensino superior: formar como e para que mundo?.** Salvador: EDUFBA, 2015, p. 231-248.

HERINGER, R. KLITZKE, M. ; CRESPO, B. **O acesso e a permanência na UFRJ: análises a partir do curso de Direito**. In: UFRJ FAZ 100 ANOS, 2018, Rio de Janeiro. **Anais do SeminárioUFRJ FAZ 100 ANOS: história, desenvolvimento e democracia**. Rio de Janeiro:

Editora UFRJ, 2017. v. 1. p. 30-42.

HONORATO, Gabriela; VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. **Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF**. Trabalho publicado nos Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014.

IBGE, 2020. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal - 2018**. Rio de Janeiro: IBGE.

INEP - INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018. **Censo da educação superior: notas estatísticas 2017**. Brasília: INEP.

KLITZKE, Melina K. **Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ?** Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

KRAWCZYK, Nora, 2020. **A educação frente à pandemia e ao fascismo: duros combates nos aguardam**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/A-educacao-frente-a-pandemia-e-ao-fascismo-duros-combates-nos-aguardam/54/47970> Acesso em 30/06/2020.

LEHER, Roberto, 2020. **Universidades públicas, aulas remotas e os desafios da ameaça neofascista no Brasil: notas para ações táticas emergenciais**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Universidades-publicas-aulas-remotas-e-os-desafios-da-ameaca-neofascista-no-Brasil/54/47699> Acesso em 22/06/2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comitê de emergência do MEC define primeiras ações contra o coronavírus. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=86341:comite-de-emergencia-do-mec-define-primeiras-acoes-contr-o-coronavirus&catid=33381&Itemid=86 . Acesso em: 31 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86441:mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais&catid=12&Itemid=86 Acesso em: 25 abr. 2020.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** (tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

PIRES, André, 2021. **A Covid-19 e a Educação Superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais**. EDUCACIÓN, Volumen XXX N°58. Doi: <https://doi.org/10.18800/educacion.202101.004>.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 46.973, de 16 março de 2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://estaticogl.globo.com/2020/03/17/17decreto.pdf?_ga=2.123880012.718741631.1590680144-1514821641.1564521733 . Acesso em: 20 mai. 2020.

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE. Primeiro caso do Novo Coronavírus é confirmado no Estado do Rio. Saúde RJ, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2020/03/primeiro-caso-do-novo-coronavirus-e-confirmado-no-estado-do-rio>

UFRJ. UFRJ suspende aulas por 15 dias, a partir do dia 16/3. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2020/03/16/ufrj-suspende-aulas-por-15-dias-partir-do-dia-163> . Acesso em: 7 abr. 2020.

UFRJ. Universidade divulga diretrizes de contingência contra o coronavírus. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2020/03/11/universidade-divulga-diretrizes-de-contingencia-contra-o-coronavirus> . Acesso em: 8 abr. 2020.

UFRJ. Coronavírus: nota sobre reajuste de calendário acadêmico. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2020/03/19/coronavirus-nota-sobre-reajuste-de-calendario-academico> . Acesso em: 7 abr. 2020.

UFRJ. **UFRJ em 2020**. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2020/07/02/pesquisa-revela-percentual-de-estudantes-com-acesso-internet> Acesso em: 08 jul. de 2020.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. **Políticas de permanência e assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: uma análise a partir dos websites**. In: CARMO, G. (org.). Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, p. 175-198, 2016.

VARGAS, Hustana. & HERINGER, Rosana. **Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile**. Archivos analíticos de políticas educativas / Education policy analysis archives, 25, p. 72-108, 2017.

ZUCCARELLI, Carolina; GOUVÊA, Adriane. **Educação à distância e as transformações na educação superior a partir da Pandemia de COVID-19**. Publicado em: 11 de maio de 2020.
